

RAMOS, Vasco (2016), “A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 – 57. DOI: 10.21747/0872-3419/soctema9

A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal

Vasco Ramos

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Resumo

Este artigo aborda a pluralização das trajetórias familiares em Portugal, usando a perspetiva do percurso de vida. Tendo por base dados de um inquérito nacional, que incluía um calendário de vida retrospectivo e uma metodologia baseada na análise sequencial e de clusters, apresentam-se resultados que apontam para uma pluralização limitada das trajetórias. A reconstrução dos percursos individuais desmonta idealizações de um passado monocromático mas desafia a narrativa de declínio da família, pois as tendências de pluralização e individualização não invalidam premissas do ciclo de vida familiar.

Palavras-chave: trajetórias familiares; pluralização; percurso de vida; coortes; análise de sequências.

The limited pluralisation of family trajectories in Portugal

Abstract

Using a life course perspective, this paper tackles the pluralisation of family trajectories in Portugal. We draw on data from a cross-cohort survey, which included a retrospective life-calendar, and on an innovative methodology, based on sequence and cluster analysis. Findings point to a limited pluralisation of family trajectories. A retrospective look at the trajectories of individuals dismantled idealizations of a monochromatic past but also challenged the contemporary narrative of family decline, as pluralisation and individualization trends do not discard some of the main tenets of family life cycle.

Keywords: family trajectories; pluralisation; life-course; cohorts; sequence analysis.

La pluralisation limitée des trajectoires familiales au Portugal

Résumé

Cet article aborde la pluralisation des trajectoires familiales au Portugal, aidé par la perspective du parcours de vie. Nous nous appuyons sur données d'une enquête transversale, qui comprenait un calendrier de vie rétrospective, et sur une méthodologie innovante, basée sur l'analyse de séquences et de clusters. Résultats indiquent une pluralisation limitée des trajectoires familiales. La reconstruction des trajectoires individuelles démantelé idéalisation sur le passé. Mais également contesté le récit contemporain du déclin de la famille parce que la pluralisation et l'individualisation ne remplacent pas nécessairement les principes du cycle de vie.

Mots-clés : trajectoires familiales; pluralisation; parcours de vie; cohortes; analyse de séquences.

La pluralización limitada de las trayectorias familiares en Portugal

Resumen

Usando una perspectiva del curso de vida, este trabajo aborda la pluralización de las trayectorias familiares en Portugal. Recurrimos a datos de una encuesta transversal, que incluía un calendario de vida retrospectivo, y a una metodología innovadora, basada en análisis de secuencias e de clusters. Los resultados apuntan a una pluralización limitada de las trayectorias familiares. La reconstrucción de las trayectorias individuales derrumba algunas idealizaciones de un pasado monocolor pero también desafía la narrativa contemporánea de declive de la familia, pues las tendencias de pluralización e de individualización no anulan algunos de los postulados del ciclo de vida familiar.

Palabras clave: trayectorias familiares; pluralización; curso de vida; cohortes; análisis de secuencias

Introdução

Os conceitos de *ciclo de vida* e de *desenvolvimento familiar* cristalizaram alguns pressupostos da modernidade organizada. Ambos assumiam a estabilidade e a previsibilidade dos percursos individuais, como ainda delineavam um calendário para as transições familiares (Duvall e Miller, 1985). Os seus pressupostos refletiam a centralidade da família nuclear e assentavam numa divisão dos papéis de género “naturalizada” entre as funções instrumentais, tendencialmente masculinas, e as funções expressivas e de cuidado, tendencialmente femininas (Parsons, 1971 [1949]). Estruturalmente, delineavam modelos assentes na exclusão das mulheres do mercado de trabalho, especialmente em relação a

posições de maior responsabilidade. Em termos culturais, a institucionalização deste paradigma assentava em estereótipos sexuais, desde logo corporizados nas funções tidas como intrínsecas a cada género. Resultava, por fim, nos *scripts biográficos* acerca do que constituía um percurso de vida “normal” (Kohli, 2009 [1986]).

Neste artigo, que tem por base uma investigação concluída em 2015, que teve como objetivo identificar aspetos paradigmáticos do percurso de vida em Portugal, caracterizam-se as trajetórias familiares de três coortes. Após uma discussão crítica dos referidos conceitos e dos seus pressupostos, é apresentada uma estratégia metodológica centrada nos percursos individuais. Identifica-se uma tipologia de trajetórias que retrata uma pluralização limitada dos percursos, que decorre sobretudo de alterações nos *timings* das transições familiares.

Pluralização das trajetórias familiares: contextos e limitações

O entendimento da família enquanto entidade dinâmica granjeou popularidade aos conceitos de *ciclo de vida* e de *desenvolvimento familiar*, sobretudo no período pós-II Guerra Mundial, entre sociólogos e psicólogos sociais interessados no estudo da vida familiar. No entanto, nas décadas mais recentes tem sido acalorada a polémica em torno dos mesmos. Teoricamente, o *ciclo de vida* é uma teleologia que espelha o processo de reprodução geracional. Os seus pressupostos generalizam uma definição historicamente situada de família, modelo com eco nalgumas sociedades ocidentais entre o segundo e o terceiro quartel do século XX (Hareven, 1991a, 1991b). Esse viés epistemológico impunha uma conceção normativa de família (Aldous, 1996), que ofuscava a diversidade das formas de organização familiar e a sua variabilidade geracional (Widmer e Gauthier, 2013). A predominância num determinado período histórico da família consanguínea, heterossexual, patriarcal e nuclearizada não pode ser naturalizada nem pressuposta. Efetivamente, os ideais de família, parentesco ou intimidade são um terreno de batalha moldado por séculos de estratégias conflituantes de agentes com definições ortodoxas e heterodoxas acerca do que constitui uma família ou um agregado doméstico (Atkinson, 2014).

O ulterior conceito de *carreira familiar* traduzia crescentes preocupações não só com a relação entre trajetórias individuais e normas socioinstitucionais, como com a

relação entre as trajetórias dos elementos da família (Rodgers e White, 1993). Aproximava-se da perspetiva do percurso de vida que se tem vindo a desenvolver em contrafogo relativamente à ideia de que existe um ciclo de vida familiar homogéneo e invariável, acentuando a sua heterogeneidade e elevada contingência face às dinâmicas sociais, institucionais e políticas (Elder, Johnson e Crosnoe, 2002).

Também a história social e a demografia histórica demonstraram que os agregados domésticos da era pré-industrial eram mais dinâmicos do que o assumido pela ideia de ciclo de vida, incorporando uma ampla variedade de indivíduos (aparentados e não-aparentados) ao longo do tempo (Hammel e Laslett, 1974; Hareven, 1991a, 1991b; Laslett, 1972). Neste âmbito, é predominante o conceito de *agregado doméstico*, noção assente na reconstituição taxionómica da família, a partir de critérios de consanguinidade, aliança e afinidade, bem como tipo e número de núcleos em cada unidade doméstica.

A contração dos grupos familiares ou a emergência da família conjugal foi produto da mudança social na primeira modernidade e da complexificação das relações sociais (Durkheim, 1975 [1882]; Hareven, 1991b). Essa transformação face aos imperativos do parentesco, da comunidade ou da tradição foi associada a movimentos de privatização, de sentimentalização e de democratização das relações familiares (Ariès, 1988 [1960]; Shorter, 2001 [1975]). Apenas com a autonomização do trabalho profissional o espaço doméstico (habitação) se *privatizou* e se fechou sobre a família (enquanto *grupo doméstico*).

Mas, se na primeira modernidade os movimentos de privatização e sentimentalização dos comportamentos familiares se reforçaram mutuamente, na modernidade tardia tem sido identificada a dissociação dos dois fenómenos (Singly, 2007). A busca da *relação pura*, regida pelo ideal do amor confluyente, espelharia uma mudança no sentido de formas de autoidentidade ancoradas na intimidade (Giddens, 1996). As relações familiares deixaram de ser definidas em função de um grupo de relações circunscrito e determinado por estatutos individuais e legais, passando a ter por referência um conjunto de normas que valorizam tanto a expressão individual como a vida partilhada. Esta maior contingência das relações afetivas redundaria na difusão de formas de organização alternativas ao modelo de família nuclear (Beck e Beck-Gernsheim, 2002).

Efetivamente, a evolução da demografia familiar coloca em cheque a ideia de uma trajetória familiar unívoca e sequencial, ancorada nos pressupostos da família conjugal da

primeira modernidade. As entradas na conjugalidade e na parentalidade ocorrem atualmente mais tarde e são mais variáveis no calendário e na sequência (Liefbroer, 2009). O crescimento do divórcio e da recomposição familiar, a queda da fecundidade, a informalização das relações conjugais ou o aumento dos casais sem filhos têm conduzido à pluralização dos arranjos familiares ao longo da vida adulta e também na infância.

A evolução das relações de género e no estatuto das mulheres na sociedade é indissociável da aceleração das transformações na esfera familiar (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Kohli, 2007). Uma multiplicidade de fatores contribuiu para a evolução desse estatuto: a sua entrada em massa no mercado do trabalho a partir da II Guerra Mundial, o acesso à escolarização, os movimentos sociais feministas, o acesso à contraceção hormonal, entre outros.

Alguns autores advogam que, com a ultrapassagem do período *fordista* do capitalismo, se deu uma quebra histórica nos padrões institucionais consolidados na primeira modernidade (Beck e Beck-Gernsheim, 2002). Tornando-se a regulação social menos estrita, as trajetórias individuais seriam “cada vez mais uma questão do foro pessoal, um exercício de liberdade individual, não obstante a estreita cumplicidade entre os cursos de vida e as formas de regulação pública da sociedade” (Aboim, 2010: 109). Em linhas gerais, estas teses antecipam uma redução da linearidade e previsibilidade das trajetórias familiares, a diversificação das configurações dos grupos domésticos e a pluralização das trajetórias familiares.

Uma interpretação mais prudente considera que estes desenvolvimentos não colocam em causa o papel das instituições na forma como as biografias se estruturam, sobretudo se entendermos o percurso de vida como unidade e não como conjuntos de domínios institucionais particulares (Kohli, 2007). A família contemporânea não se oporia necessariamente à família do apogeu da primeira modernidade, correspondendo antes ao aprofundamento dos princípios da individualização e de transformação da natureza dos laços sociais (Singly, 2007). Nesse sentido, “a pluralização contemporânea das biografias marca(ria) o fim de um período histórico mais breve do que frequentemente suposto, mas cujos efeitos na constituição de sistemas de cronologização da vida foram incontornáveis” (Aboim, 2010: 108).

As transformações na vida familiar não podem deixar de produzir impactos na própria prática sociológica. Estimulam o questionamento teórico acerca de categorias

sociológicas clássicas e levantam a incerteza metodológica relativamente à estabilidade das entidades, grupos e famílias. Examinar a solidez das estruturas familiares face às transformações na intimidade ou a evolução do papel da família enquanto mecanismo relacional e de suporte ao longo do percurso de vida implica adotar uma perspectiva diacrónica ou de percurso de vida.

Será possível entender a matriz de ciclo familiar enquanto ferramenta heurística “fractal” (Abbott, 2004), *i.e.*, contrapondo o pressuposto da sua realidade e estabilidade à ideia de que é um fenómeno permanentemente (re)construído na interação? Apenas recorrendo a uma grelha analítica ampla, sensível à variabilidade das configurações familiares e das carreiras individuais. Só desse modo é possível captar as situações que não encaixam no modelo dominante: pessoas sós, casais sem filhos, casais em situações de complexidade, casais homossexuais, etc. Adicionalmente, esta estratégia permitirá relacionar a suposta ordem universal do desenvolvimento familiar com os efeitos de género e geração nas trajetórias.

Estruturas domésticas e trajetórias familiares em Portugal

A análise dos agregados domésticos, a partir de dados censitários, tem permitido descrever a *morfologia* de estruturas familiares, organizada em torno do sistema de parentesco e de aspetos normativos relativos à coabitação matrimonial. No contexto português, a evolução das estruturas domésticas revela tendências de *desfamalização*, *desinstitucionalização* e *privatização* (Delgado e Wall, 2014) e movimentos de *nuclearização* e de *individualização* (Wall, Cunha e Ramos, 2014). O adiamento da parentalidade e a diminuição da fecundidade têm contribuído para o aumento das famílias de casal sem filhos ou com descendências de filho único, mesmo nos casais jovens (Cunha e Atalaia, 2014).

Mas, reportando-se à composição sincrónica de uma população heterogénea, os censos não permitem acompanhar posicionamentos individuais. E a evolução da estrutura dos grupos domésticos também não é relacionável com normas, atitudes ou mesmo comportamentos individuais ou grupais. Poderemos então continuar a falar de um padrão dominante ou serão as trajetórias familiares mais diversificadas? Será lícito falar de

desfamiliarização ou será a situação de *childlessness* um efeito dominó de imposições externas ou de opções de adiamento, eventualmente compensáveis mais tarde? Será a monoparentalidade uma fase transitória ou estender-se-á até à autonomia dos filhos? Será a complexidade mais comum no início da vida conjugal ou perdurará ao longo da vida?

A sociologia funcionalista da família adianta a hipótese da subsistência de um padrão claramente dominante de trajetória familiar, da família de orientação à família de procriação, associado a uma sequência rápida de transições. Outros contributos teóricos, inspirados pela história da família, pelas teorias pós-modernas e pela demografia, sugerem um cenário diversificado e inspiram a hipótese da pluralização das trajetórias com a consequente fragmentação do modelo dominante em múltiplas situações particulares (Beck e Beck-Gernsheim, 2002; Hareven, 1991a; Lesthaeghe, 2010).

As singularidades do caso português, marcado pela rápida mudança socioinstitucional, por grandes desigualdades sociais e pela forte adesão a um ideário familialista, tornam interessante a problematização do nexu entre individualização e trajetórias familiares. A saliência de novos formatos familiares sugere alterações substanciais no regime de percurso de vida (Aboim, 2010). Mas a modernização tem sido mais veloz pela via da secularização do que propriamente pela individualização (Almeida, 2003). O predomínio de um ideário familialista, bem como os efeitos duradouros de uma forte normatividade institucional, tornam plausível o predomínio de trajetórias familiares de tipo conjugal-parental. Mas é expectável que a maior variabilidade dos eventos transicionais resulte num alargamento de períodos de vida a solo e num incremento das situações de *childlessness*.

A hipótese que avançamos é que a pluralização das trajetórias familiares se exprima enquanto mitigação do modelo dominante. A pluralização não corresponderá necessariamente a uma rutura face à orientação familialista, correspondendo antes ao afrouxamento de um conjunto de pressupostos tanto em relação à sequência como em relação ao calendário das transições. E embora a sequência mais comum possa, à primeira vista, aproximar-se da *normal family biography* (Kohli, 1989), a sua maior variabilidade será sintoma de que atualmente “não existe um único padrão (...) declarado de ‘normativo’, seja estatística ou culturalmente” (Dannefer, 2002: 652).

As trajetórias familiares em Portugal

A partir desta reflexão teórica, procurámos em primeiro lugar identificar as trajetórias familiares mais representativas da realidade portuguesa, caracterizando-as em termos de sequência e do calendário de transições. Em segundo lugar, aferimos em que medida as trajetórias familiares se diferenciam em função da coorte e do género. Recorrendo à comparação entre coortes etárias e géneros, investigam-se as hipóteses da pluralização e da individualização dos percursos familiares.

Os dados analisados referem-se a uma amostra probabilística estratificada (por NUT2 e habitat), composta por 1500 indivíduos do sexo masculino e feminino residentes em Portugal Continental e pertencentes a três coortes etárias diferentes (1935-1940, 1950-1955 e 1970-1975¹). Estas coortes foram escolhidas pelos enquadramentos sociais, históricos e institucionais claramente distintos, que se presume resultarão em trajetórias substancialmente diferentes. A coorte dos nascidos entre 1935 e 1940 tem as suas experiências formativas no contexto ditatorial, politicamente repressivo e socialmente retrógrado do Estado Novo. A coorte que incorpora inquiridos nascidos entre 1950 e 1955 cresce ainda no Estado Novo, mas no início da vida adulta vive as enormes transformações sociais e políticas que se seguiram à Revolução de abril de 1974. A coorte de nascidos entre 1970-75 incorpora indivíduos que entram na vida adulta após a adesão de Portugal à CEE/UE.

A nossa proposta para a análise das trajetórias familiares convoca trabalho dos historiadores da família, adaptando-o às ferramentas teórico-metodológicas da perspetiva do percurso de vida. Examinamos os posicionamentos individuais no seio dos agregados domésticos, sem antecipar um modelo sequencial de estágios. A nossa estratégia transfere o foco analítico da família, enquanto agregado doméstico, para o indivíduo, enquanto vértice agregador de uma pluralidade de relações familiares e sociais. Tanto a ação individual como a daqueles que o rodeiam modificam as posições relativas face à estrutura dos agregados. À sucessão de posicionamentos individuais atribuímos a designação de

¹ Amostra obtida no âmbito do projeto “Trajetórias Familiares e Redes Sociais” (TFRS). Os locais amostrais foram aleatoriamente selecionados a partir da listagem de códigos postais nacionais. Foi usado o método *random route* na seleção dos lares a inquirir. Em cada lar foi inquirido o último aniversariante. O trabalho de campo foi realizado pela empresa Gfk entre Novembro de 2009 e Junho de 2010. A taxa de resposta foi de 60%.

trajetória familiar. Recusando a existência de um desenvolvimento expectável na composição do agregado, potenciamos a captação da diversidade e da variabilidade dos formatos familiares em que o indivíduo se insere sucessivamente. Ao mesmo tempo aferimos a validade de pressupostos desenvolvimentistas num contexto histórico marcado pela complexificação das formas de vida familiar.

Uma tipologia de trajetórias familiares

A trajetória familiar foi reconstruída com base no critério de coresidência² e corresponde à posição dos indivíduos no seio dos agregados doméstico em que viveram até aos 35 anos de idade. Começámos por proceder à *Análise de Sequências*³, recorrendo ao método do *Optimal Matching* (Abbott e Tsay, 2000). Posteriormente foi feita uma análise de *clusters* (método Ward) sobre as sequências⁴. Este procedimento permitiu identificar seis tipos de trajetórias familiares, cujas proporções estão indicadas na figura 1⁵.

A trajetória *parental precoce* representa quase um terço da amostra (32,3%). Subdivide-se num grande período de residência no agregado doméstico dos progenitores, seguido de coresidência em casal com filhos. Em termos absolutos, a trajetória *parental tardia* é a mais comum, reunindo 43,9% dos casos. Neste caso há uma tripartição em três períodos que dividem a janela de observação considerada (em casa dos pais; vida em casal sem filhos; e em casal com filhos).

O facto de evoluírem no sentido da parentalidade justifica o epíteto de parentais. Ambas estão próximas do ciclo familiar *tradicional* e em conjunto representam mais de 3

² Foi colocada a questão: “Com quem viveu ao longo da sua vida?”. Pediu-se aos inquiridos que sucessivamente indicassem a idade que tinham a quando de cada alteração na composição do agregado (morte de familiar, separação pais, etc.). Para facilitar a tarefa foi apresentada uma listagem de 51 tipos de laços com pessoas aparentadas e não aparentadas. Essa informação foi sintetizada em 13 configurações que se distinguem em função da posição que o indivíduo ocupa no *ensemble* familiar (vide legenda da Figura 1).

³ A análise sequencial trabalha sobre o cálculo da distância mínima entre sequências individuais. A distância corresponde ao total de operações necessárias (substituição, inserção ou eliminação) para transformar uma sequência noutra. Na atribuição de custos para essas operações utilizámos uma estratégia que maximiza as distâncias entre estados (substituição/inserção = 3; eliminação = 1). As distâncias entre pares de sequências individuais são registadas numa matriz. Sobre essa matriz é aplicado o *clustering*, de forma a identificar padrões de similitude entre trajetórias.

⁴ Operações realizadas em software R (pacote TraMineR) (Gabadinho, Ritschard, Müller e Studer, 2011).

⁵ O eixo horizontal de cada gráfico corresponde aos anos de vida dos indivíduos. O eixo vertical indica a percentagem de indivíduos em cada tipo de agregado por ano.

em cada 4 trajetórias (76,2%). No entanto, distinguem-se nos tempos e ritmos de transição. Enquanto a trajetória *parental precoce* é marcada pela urgência nas transições, a trajetória *parental tardia* apresenta maior variabilidade. É uma diferença significativa pois intervalos mais curtos entre coresidência, casamento e nascimento do primeiro filho revelam adesão a um ideário mais institucionalista da passagem para a conjugalidade, enquanto a dilatação dos mesmos revela flexibilização e desinstitucionalização dos trajetos conjugais (Aboim, 2010). O maior experimentalismo da trajetória *parental tardia* também se expressa em períodos de vida a solo na transição para a idade adulta.

A trajetória ‘da complexa à parental’ representa 7,5% dos casos. A sua característica mais marcante é a coresidência dos indivíduos com os pais e outras pessoas no período inicial da trajetória, i.e., em situações de complexidade familiar. A trajetória ‘da parental à complexa’ contabiliza 6,3% dos casos. Neste caso os constrangimentos de ordem económica e habitacional impediram a autonomia residencial. É também plausível que o alargamento da estrutura familiar decorra da necessidade de prestar apoio na dependência, acolhendo familiares com fragilidades físicas, emocionais ou materiais.

A trajetória de acolhimento agrega 5,8% dos casos. Nestes trajetos distingue-se um longo período de coresidência com outros parentes (com tios, avós ou padrinhos), entre a infância e a adolescência. Emigração ou morte de progenitor seguida de apadrinhamento ou mobilidade geográfica dos próprios por motivos escolares são hipóteses para o afastamento relativamente à família de procriação. Por último, a trajetória *monoparental na origem* compreende 4,1% da amostra. Nestes percursos há uma rutura na família de orientação por divórcio/separação, viuvez ou emigração.

Trajetórias familiares, coorte e género

A distribuição das trajetórias familiares difere em termos de coorte e de género (Figura 2). Na comparação entre coortes observa-se que a trajetória *parental precoce* predomina na coorte de 1950-55 (39,8%). A trajetória *parental tardia* é a mais frequente na coorte de 1935-40 (42,6%) e torna-se hegemónica na coorte de nascidos entre 1970-75 (53,4%). Na coorte 1950-55 a trajetória ‘da parental à complexa’ (9,8%) tem maior peso e a trajetória *monoparental na origem* (2,7%) está sub-representada. Nas coortes de 1935-40

Figura 1 Tipologia das Trajetórias Familiares

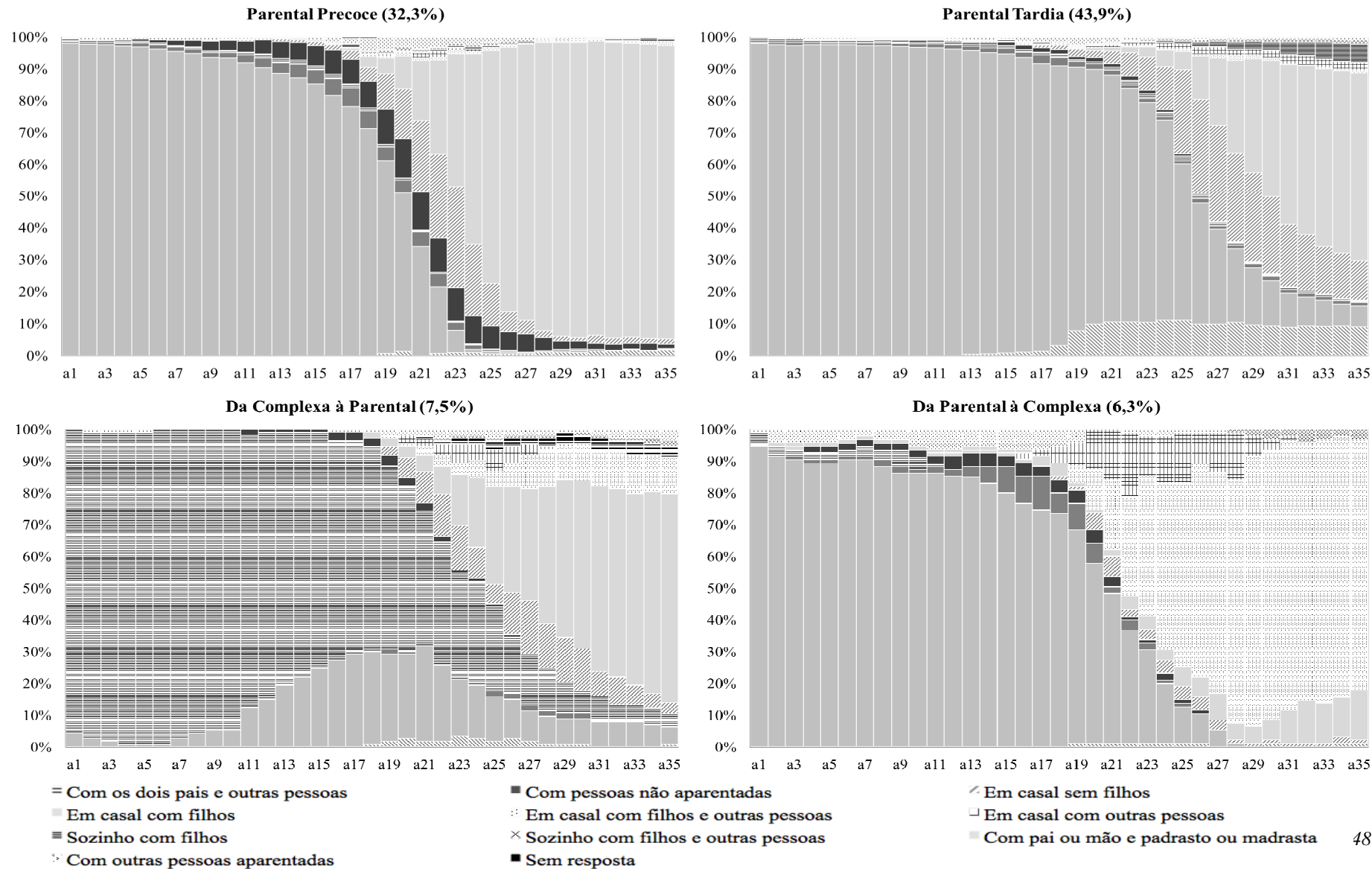
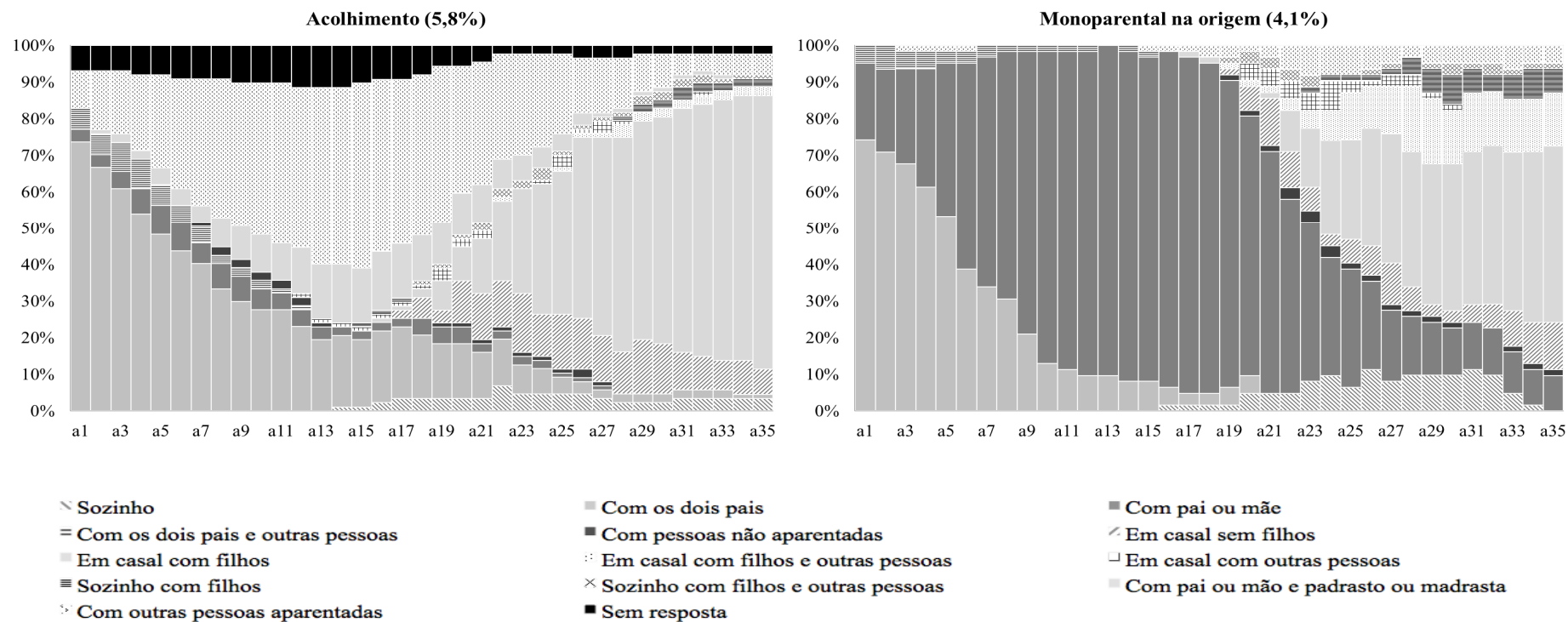


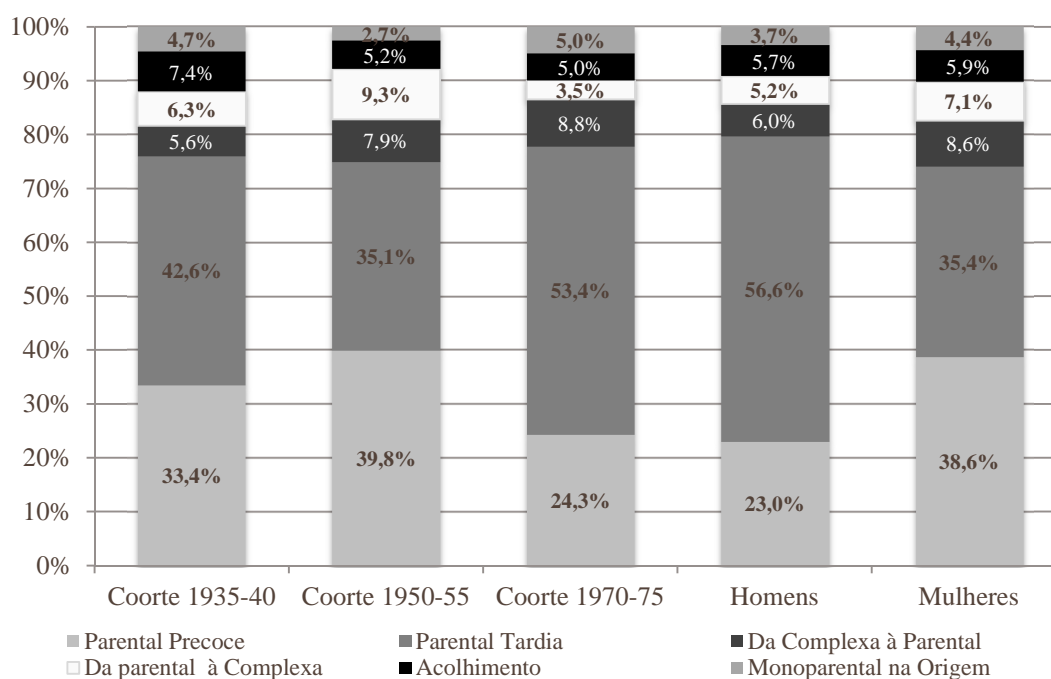
Figura 1 Tipologia das Trajetórias Familiares (continuação)



e 1970-75 é mais comum a trajetória *monoparental na origem* e menos frequente a trajetória *‘da parental à complexa’*. A trajetória de *acolhimento* tem maior peso na coorte de 1935-40. Já a trajetória *‘da complexa à parental’* tem maior expressão nas coortes mais recentes.

Relativamente ao género, enquanto a trajetória *parental tardia* é claramente maioritária entre os homens (56,6%), no caso das mulheres é a trajetória *parental precoce* que se destaca ligeiramente (38,6% vs. 35,4%). A trajetória *‘da parental à complexa’* é mais comum entre as mulheres (7,1% vs. 5,2%). Por fim, as trajetórias parentais combinadas são mais características dos homens (79,9% vs. 74,0%) indiciando uma maior adesão dos homens às trajetórias de tipo conjugal/parental.

Figura 2 Tipos de Trajetória Familiar segundo a coorte e o género



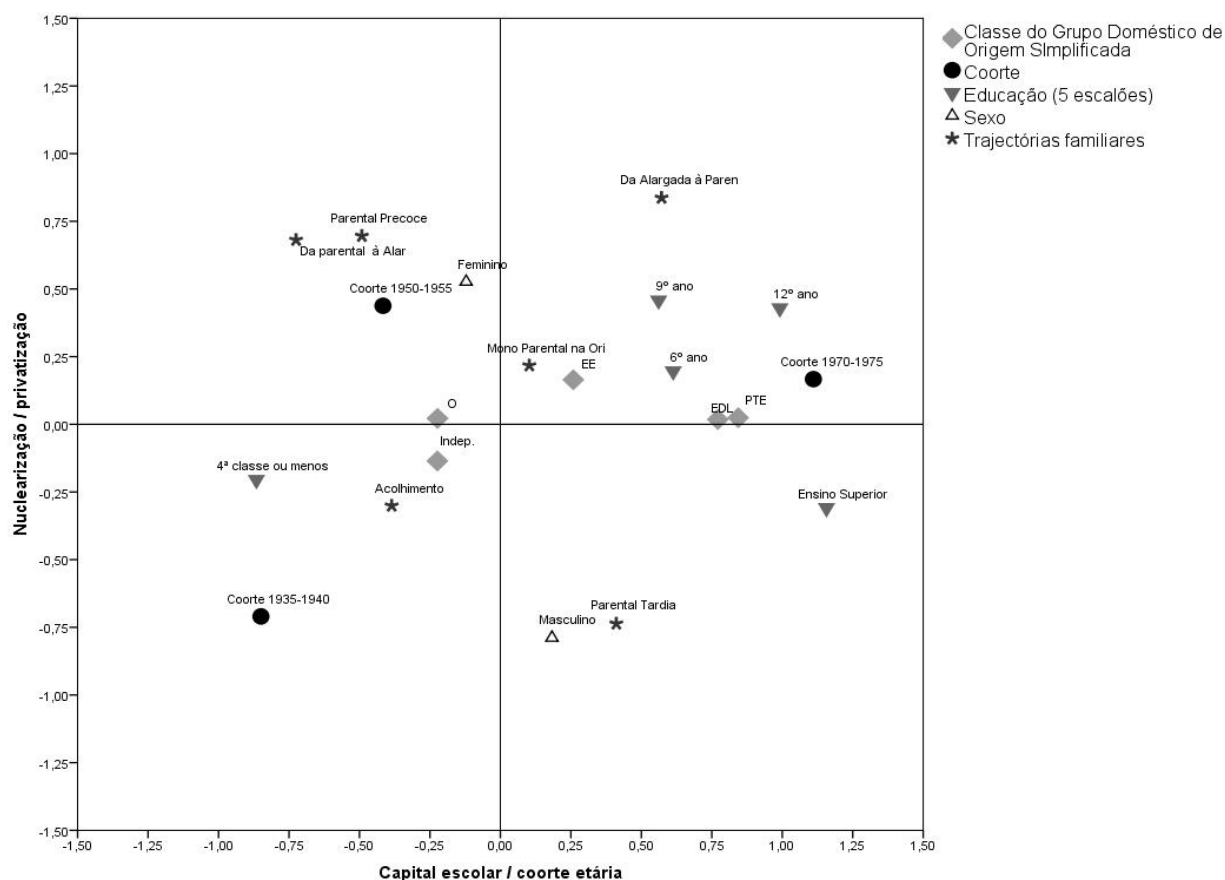
Coorte: $\chi^2(10) = 63.811, p < 0,001$; V de Crámer= 0,146
 Género: $\chi^2(10) (5) = 70.077, p < 0,001$; V de Crámer= 0,216
 Fonte: TFRS 2010

Pequena cartografia social das trajetórias familiares

Após a caracterização das trajetórias, traçamos uma pequena cartografia social das mesmas em função de variáveis estruturais (Figura 3). Para tal, recorremos à Análise de

Correspondências Múltiplas⁶. Para além da variável ‘sexo’ e da variável ‘coorte’, incluímos na análise o ‘nível de escolaridade do próprio’. A ‘classe social do grupo doméstico de origem’⁷ foi apenas projetada pois revelou-se menos discriminante que o nível de escolaridade, variável com a qual tem forte colinearidade.

Figura 3
Cartografia Social das Trajetórias Familiares (Análise de Correspondências Múltiplas)



A representação gráfica permite distinguir alguns perfis. Um primeiro perfil, representado no agrupamento superior esquerdo, associa a trajetória *parental precoce* e a trajetória *‘da parental à complexa’* às mulheres e à coorte de 1950-55. Um segundo perfil, localizado no quadrante superior direito, associa níveis de escolaridade médios à trajetória

⁶ Utilizámos o método de normalização *variable principal*.

⁷ A classe social do grupo doméstico de origem foi construída a partir do indicador socioprofissional de classe proposto por Almeida, Costa e Machado (Almeida, Machado e Costa, 2007) sendo as frações de classe reorganizadas segundo a opção de 5 classes já ensaiada em Ramos (2014).

‘da complexa à parental’ e à coorte de 1970-75. Um terceiro perfil, situado no agrupamento inferior direito, associa a trajetória *parental tardia* aos homens e ao ensino superior. Por fim, um quarto perfil (canto inferior esquerdo), associa indivíduos com da primeira coorte e com baixo capital escolar à trajetória de *acolhimento*.

Conclusão

Os dados apontam para a persistência de trajetórias familiares fortemente orientadas para a conjugalidade associada à parentalidade. Neste sentido, os resultados corroboram a manutenção de valores maternalistas e familialistas enquanto elementos fundacionais da “estruturação simbólica da família” (Aboim, 2007; Almeida, 2003; Cunha, 2007).

As mudanças das últimas décadas refletem certamente mutações nos significados e nas expectativas atribuídas à conjugalidade e à parentalidade. As transformações na conjugalidade passarão sobretudo pela informalização das formas de coabitação e pelo alargamento dos períodos *experimentais* de vida a dois (Aboim, 2006). Procurámos perceber essa evolução do ponto de vista das estruturas domésticas, deliberadamente deixando fora do âmbito da nossa análise as modalidades de institucionalização das relações conjugais. Em qualquer caso, a comparação intergeracional parece confirmar que a erosão do institucionalismo associado à conjugalidade irá mais no sentido da secularização do que da individualização (Inglehart, 1997). Efetivamente, um pequeno número de trajetórias-tipo dá conta da variabilidade dos percursos individuais.

Apesar das trajetórias familiares serem mais padronizadas do que teoricamente expectável, a orientação para a conjugalidade parental é plural nas coortes etárias estudadas e independente das circunstâncias de autonomia residência. A pluralização das trajetórias familiares não parece implicar a total desestruturação do ciclo de vida familiar mas antes uma evolução no modelo dominante e a coexistência entre diferentes modelos. As situações que não cabem no modelo conjugal-parental são inclusivamente em menor número na coorte mais recente, o que afasta a hipótese de uma pulverização das trajetórias familiares.

Na coorte mais recente o aspeto mais saliente é a hegemonia da trajetória *parental tardia*. Retomando a ideia da evolução no modelo dominante, no caso português é nessa trajetória que está mais patente o experimentalismo, quer através de períodos de vida a solo, quer através do alargamento da conjugalidade sem procriação. O facto de este experimentalismo ser legitimado também ao nível dos valores é uma manifestação da “destraditionalização dos percursos”, mesmo num contexto em que a normatividade etária se encontra claramente ancorada num regime macrossocial de percurso de vida (Aboim, 2010: 145). A trajetória *parental tardia* exprime, no que diz respeito à vida familiar, um padrão institucional emergente, suficientemente aberto à variabilidade individual e à “biografização” do percurso de vida, sem, no entanto, derrubar a ordem social vigente (Kohli, 2007: 255). Efetivamente, mais do que evidência de uma pluralização das trajetórias familiares, este padrão é o reflexo do prolongamento e do adiamento das transições (familiares e da escola para o trabalho).

Na linha do concluído pela história da família, a reconstrução das trajetórias familiares derruba algumas idealizações em relação ao passado recente. A ideia de um passado monocromático, em que existia um único modelo de trajetória familiar, marcado por transições precoces e rápidas entre família de orientação e de procriação, não tem grande adesão à realidade portuguesa. O contraste entre coortes demonstra o “familialismo renovado” sentido a partir de meados da década de 1960 (Almeida, Guerreiro, Lobo, Torres e Wall, 1998). O ímpeto da conjugalização é evidenciado pelo predomínio da trajetória *parental precoce* na coorte de 1950-55, na contração da *monoparentalidade na origem* e no crescimento da trajetória ‘*da parental à complexa*’. Estes são sinais das oportunidades de vida em casal mas também dos fortíssimos constrangimentos normativos que complicavam a vida de mães sós com “filhos ilegítimos”. Mas mesmo nesta coorte a trajetória *parental precoce* corresponde somente a 2 em cada 5 casos.

A semelhança entre a primeira e a terceira coorte é aparente, em função da modernização que marca a vida familiar e social a partir de meados da década de 80 (Almeida et al., 1998). Em diferentes tempos históricos, factos sociais aparentemente semelhantes resultam de fenómenos distintos e têm significados díspares. Se na coorte mais remota a trajetória *parental tardia* estaria mais associada a dificuldades económicas, a restrições à autonomia individual ou até a estratégias de controlo da natalidade, na coorte mais jovem está inequivocamente associada ao incremento da autonomia individual e ao

alargamento dos períodos formativos, que tanto produzem efeitos nos valores associados ao indivíduo e à família, como se concretiza em carreiras escolares mais longas.

Não existe uma associação sistemática entre origens sociais e tipos específicos de trajetória. Nesse sentido, a evolução das trajetórias familiares, *i.e.*, a sua modernização, seria mais um resultado do “metabolismo geracional” (Ryder, 1965) do que de processos de acumulação de vantagens fundados na estrutura classista da sociedade. Mas é entre os indivíduos com mais capital económico e cultural que as trajetórias parentais tardias são mais prevalentes. E existe um padrão mais marcadamente classista relacionado com a complexidade dos agregados doméstico: as trajetórias que evoluem no sentido da complexidade familiar estão associadas a baixos recursos; as que estão evoluem da complexidade para as formas conjugais simples estão associadas à acumulação de capital e a percursos de mobilidade ascendente.

Os homens estão mais associados às trajetórias parentais em geral e parentais tardias em particular. Todavia os dados também apontam para a convergência das trajetórias familiares de homens e mulheres na coorte mais recente. Noutros contextos, essa convergência tem sido identificada como catalisadora do processo de *destandardização* do percurso de vida (Brückner e Mayer, 2005; Widmer e Ritschard, 2009). Em países como a Alemanha ou o Reino Unido tem emergido um padrão em que as mulheres aliam a decisão de ter filhos à possibilidade de conciliar vida profissional e familiar. Devido às incertezas no mercado de trabalho, isso contribui para um número crescente de mulheres que não têm filhos ou que atrasam o seu nascimento. Essa não foi, até agora, a realidade portuguesa. Evoluirá o cenário português no mesmo sentido? É uma questão que fica em aberto.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew (2004), *Methods of discovery: heuristics for the social sciences*, New York, W. Norton.
- ABBOTT, Andrew; TSAY, A. (2000), “Sequence Analysis and Optimal Matching Methods”, *Sociology: Review and Prospect. Sociological Methods & Research*, 29 (1), pp. 3-33.
- ABOIM, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança. Percursos e Dinâmicas da Vida a Dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

RAMOS, Vasco (2016), “A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 – 57.

ABOIM, Sofia (2007), “Clivagens e continuidades de género face aos valores da vida familiar em Portugal e noutros países europeus”, in Karin Wall e Lúcia Amâncio (Eds.), *Família e Género em Portugal e na Europa. Atitudes Sociais dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-91.

ABOIM, Sofia (2010), “Cronologias da Vida Privada”, in José Machado Pais e Vitor Sérgio Ferreira (Eds.), *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 107-148.

ALDOUS, Joan (1996), *Family careers: rethinking the developmental perspective*, Thousand Oaks, California, Sage Publications.

ALMEIDA, Ana Nunes de (2003), “Família, Conjugalidade e Procriação: valores e papéis”, in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses V - Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 50-93.

ALMEIDA, Ana Nunes de; GUERREIRO, Maria das Dores; LOBO, Cristina; TORRES, Anália; WALL, Karin (1998) “Relações familiares: mudança e diversidade”, in José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 50-93.

ALMEIDA, João Ferreira de; MACHADO, Fernando Luís; COSTA, António Firmino da (2007), “Classes sociais e valores em contexto europeu”, in Jorge Vala e Anália Torres (Eds.), *Contextos e Atitudes Sociais na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 69-96.

ARIÈS, Philippe (1988 [1960]), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.

ATKINSON, Will (2014), “A sketch of ‘family’ as a field: From realized category to space of struggle”, *Acta Sociologica*, 57 (3), pp. 223-235.

BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2002), *Individualization institutionalized individualism and its social and political consequences*, London, Sage.

BRÜCKNER, Hannah; MAYER, Karl Ulrich (2005), “De-Standardization of the Life Course: What it Might Mean? And if it Means Anything, Whether it Actually Took Place?”, *Advances in Life Course Research*, 9, pp. 27-53.

CUNHA, Vanessa (2007), *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

CUNHA, Vanessa; ATALAIA, Susana (2014), “A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal”, in Anabela Delgado e Karin Wall (Eds.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais, pp. 155-175.

RAMOS, Vasco (2016), “A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 – 57.

- DANNEFER, Dale (2002), “Toward a Global Geography of the Life Course: Challenges of Late Modernity for Life Course Theory”, in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*, New York, Kluwer Academic Publications, pp. 647-659.
- DELGADO, Anabela; WALL, Karin (2014), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- DURKHEIM, Émile (1975 [1882]), *La Famille Conjugal Textes III. Fonctions Sociales et Institutions*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- DUVALL, Evelyn Millis; MILLER, Brent. C. (1985), *Marriage and family development*, New York, Harper & Row.
- ELDER, Glen H. ; JOHNSON, Monica Kirkpatrick, CROSNOE, Robert (2002), “The Emergence and Development of Life Course Theory”, in Jeylan T. Mortimer e Michael J. Shanahan (Eds.), *Handbook of the Life Course*. New York, Kluwer Academic Publications, pp. 3-19.
- GABADINHO, Alexis; RITSCHARD, Gilbert; MÜLLER, Nicolas S.; STUDER, Matthias (2011), “Analyzing and Visualizing State Sequences in R with TraMineR”, *Journal of Statistical Software*, 40 (4), pp. 1-37.
- GIDDENS, Anthony. (1996), *Transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Oeiras, Celta Editora.
- HAMMEL, E. A.; LASLETT, Peter (1974), “Comparing Household Structure Over Time and Between Cultures”, *Comparative Studies in Society and History*, 16 (1), pp. 73-109.
- HAREVEN, Tamara K. (1991a), “The History of the Family and the Complexity of Social Change”, in *The American Historical Review*, 96 (1), pp. 95-124.
- HAREVEN, Tamara K. (1991b), “The home and the family in historical perspective”, *Social Research*, 58 (1), pp. 253-285.
- INGLEHART, Ronald (1997), *Modernization and postmodernization: cultural, economic, and political change in 43 societies*, Princeton, Princeton University Press.
- KOHLI, Martin (1989), “Le cours de vie comme institution sociale”, *Enquête. Biographie et cycle de vie* (5), pp. 37-43
- KOHLI, Martin (2007), “The Institutionalization of the Life Course: Looking Back to Look Ahead”, *Research in Human Development*, 4 (3-4), pp. 253–271.
- KOHLI, Martin (2009 [1986]), “The world we forgot: A historical review of the life course”, in Walter R. Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann (Eds.), *The life course reader: Individuals and societies across time*, Frankfurt, Campus-Verlag, pp. 64-90.
- LASLETT, Peter (1972), “Introduction: the history of the family”, in Peter Laslett e Richard Wall (Eds.), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-89.

RAMOS, Vasco (2016), “A pluralização limitada de trajetórias familiares em Portugal”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número Temático - Famílias e Curso de Vida. Potencialidades, limites e desafios metodológicos, pp. 38 – 57.

LESTHAEGHE, Ron (2010), “The Unfolding Story of the Second Demographic Transition”, *Population and Development Review*, 36 (2), pp. 211-251.

LIEFBROER, Aart. C. (2009), “From Youth to Adulthood: Understanding Changing Patterns of Family Formation From a Life Course Perspective”, in Walter R. Heinz, Johannes Huinink e Ansgar Weymann (Eds.), *The life course reader: Individuals and societies across time*, Frankfurt, Campus-Verlag, pp. 311-337.

PARSONS, Talcott (1971 [1949]), “A estrutura social da família”, in Ruth Ashen (org.), *A família: sua função e destino*, Lisboa, Editora Meridiano, pp. 286-289.

RAMOS, Vasco (2014) “Que trajetórias de classe? Uma análise da mobilidade social em duas gerações de portugueses”, *Análise Social*, XLIX (212), pp. 626-649.

RODGERS, Roy H. ; WHITE, James M. (1993), “Family Development Theory”, in Pauline Boss, William Doherty, Ralph LaRossa, Walter Schumm e Suzanne Steinmetz (Eds.), *Sourcebook of Family Theories and Methods: A Contextual Approach*, New York, Plenum, pp. 225-254.

RYDER, Norman B. (1965), “The Cohort as a Concept in the Study of Social Change”, *American Sociological Review*, 30 (6), pp. 843-861.

SHORTER, Edward. (2001 [1975]), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.

SINGLY, François de (2007), *Sociologie de la famille contemporaine*, Paris, Armand Colin.

WALL, Karin; CUNHA, Vanessa; RAMOS, Vasco (2014), “Evolução das estruturas domésticas em Portugal, 1960-2011”, in Anabela Delgado e Karin Wall (Eds.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança* Lisboa, Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais, pp. 43-60.

WIDMER, Eric; GAUTHIER, Jacques-Antoine (2013), “Cohabital trajectories”, in René Levy e Eric Widmer (Eds.), *Gendered Life Courses Between Standardization and Individualization. A European approach applied to Switzerland*, Zurich, Berlin, LIT Verlag, pp. 53-69.

WIDMER, Eric.; RITSCHARD, Gilbert (2009), “The De-Standardization of the Life Course: Are Men and Women Equal?”, *Advances in Life Course Research*, 14 (1-2), pp. 28-39.

Vasco Ramos. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto de Ciências Sociais Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal. E-mail: vmsramos@gmail.com

Artigo recebido em 10 de março de 2016. Publicação aprovada em 23 de agosto de 2016